# ANEXO VII TERMO DE REFERÊNCIA

1. **OBJETO**
	1. Credenciamento de pessoa jurídica de direito privado interessada na concessão de facilidades e descontos, pelo período integral da proposta, em matrículas e mensalidades de cursos que sejam condizentes com as áreas fiscalizadas pelo Sistema Confea/Crea, aos profissionais e empresas da Engenharia, Agronomia e Geociências regularmente inscritos no CREA-PE, aos servidores do CREA-PE, aos estudantes associados ao Programa Crea-JR deste Conselho e aos seus respectivos dependentes, conforme o Edital e seus Anexos e ao presente instrumento, quais sejam:
		* Cursos de Pós-Graduação (Lato e Stricto Sensu);
		* Cursos de aprimoramento de curta duração/cursos livres;
		* Ensino Técnico/ Profissionalizante de Nível Médio (restrito aos cursos de técnico em segurança do trabalho), conforme as especificações constantes no Termo de Referência; e
		* Demais cursos de extensão, seminários, palestras, workshops, oficinas, MBA, entre outros, relacionados às áreas de expertise dos profissionais sob a égide do Sistema Confea/Crea, dentre os quais, mas não limitados, as áreas vinculadas a Engenharia, Agronomia e a Geociência.
	2. As pessoas jurídicas que ministram cursos regulares das áreas de Engenharia, Agronomia, e Geociências devemter efetuado junto ao Crea de sua jurisdição o seu cadastramento e de seus cursos regulares.

# DA FINALIDADE E JUSTIFICATIVA DO CREDENCIAMENTO

* 1. A finalidade do presente credenciamento é a seleção de pessoas jurídicas que tenham interesse em celebração de parcerias, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco, por meio de Termo de Credenciamento, que não envolverá a transferência de recursos financeiros pelo Crea-PE.
	2. O procedimento reger-se-á pela Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas respectivas alterações.
	3. Justifica a realização do credenciamento, viabilizar a decisão do CREA-PE em implementar parcerias que propiciem serviços e produtos com descontos em benefício da coletividade, gerando a satisfação dos profissionais e empresas vinculados o Sistema Confea/Crea e servidores do Conselho.
	4. O CREA-PE não terá qualquer tipo de despesas, ônus, bônus, custos e lucros, na propositura do credenciamento, sendo o seu objetivo com a sua realização, trabalhar pelo perfeito desempenho ético da engenharia, agronomia e geociências, pelo prestígio e bom conceito da profissão e dos que a exercem legalmente, nos termos do art. 20 da Lei 5.194/1966.
	5. Não serão repassados aos credenciados quaisquer dados dos registrados/vistados no CREA- PE e/ou dados de quaisquer servidores do Conselho, nos termos da Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018 — Leis Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP).

# DAS CONTRAPARTIDAS, DESCONTOS E RESPONSABILIDADES

* 1. O credenciado deverá conceder descontos, conforme descrição do Objeto, em percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor dos produtos ou serviços, pelo período integral da capacitação ofertada.
		1. As partes deverão elaborar Plano de Trabalho9 para a execução de cada item do objetoprevisto neste instrumento, indicando, no mínimo, a descrição das suas etapas, principais metas, prazos, recursos e seus responsáveis.
		2. O CREA-PE promoverá a publicação dos produtos ou serviços objetos do presente instrumento nos seus meios de comunicação, conformeas disposições tecidas no Plano de Trabalho, tomando por base as definições constantes em seu “ *Manual de Divulgação*”10, aplicável às celebrações de parcerias *.*
	2. O partícipe concederá 01 (uma) bolsa integral por capacitação ofertada e divulgada pelo CREA- PE, ficando a critério do Conselho a indicação de cada bolsista, os quais serão escolhidos, no que couber, de acordo com os dispositivos da Portaria nº 123/2021 do Conselho.
	3. Outros benefícios poderão ser oferecidos pela credenciada e deverão ser dispostos na proposta de credenciamento, sendo que o percentual mínimo acima descrito deverá ser atendido.
	4. A credenciada deverá enviar semestralmente ao CREA-PE a relação dos beneficiários, a fim de que possa ser organizado um levantamento sobre a efetividade da parceria celebrada.
	5. O desconto incidirá sobre o pagamento a ser realizado diretamente pelos beneficiários no ato da contratação dos serviços, nos estabelecimentos previamente estabelecidos pela credenciada.
	6. Para efeito das concessões de desconto nos serviços e de aproveitamentos de bolsas de estudos, os beneficiários deverão apresentar à credenciada, no ato das contratações/matrículas, os seguintes

documentos:

1. Profissionais registrados → a carteira profissional que comprove o seu registro e declaração de regularidade com o CREA-PE (Certidão de registro e Quitação – CRQ);
2. Empresas registradas → a Certidão que comprove o seu registro e declaração de regularidade com o CREA-PE (Certidão de registro e Quitação – CRQ);
3. Servidores e estudantes associados ao *Programa Crea Jr* → prova de vínculo com o CREA-PE;
4. Dependentes → para os filhos, a carteira de identidade, e, para o cônjuge, a certidão de casamento, acompanhados dos documentos constantes nos itens “a” ou “b”.
	1. O CREA-PE não será responsável por nenhum pagamento ou insolvência de crédito cabível aos beneficiários deste instrumento. Ante a casos de devolução de cheques ou qualquer outra forma de não pagamento por parte dos beneficiários, a credenciada deverá utilizar-se dos meios legais disponíveis para a recuperação de seu crédito, com tratamento individual do inadimplente, sem que isso implique quaisquer ônus ao Conselho.
	2. O CREA-PE responsabiliza-se em divulgar as credenciadas e o respectivo desconto dos benefícios objetos do presente instrumento pelos meios de comunicação (site, *newsletter*, redes sociais e outros) que entender pertinentes, sem qualquer ônus ao credenciado.

9 Anexo I do Termo de Credenciamento

10 Anexo II do Termo de Credenciamento

* 1. Ficará a cargo do CREA-PE a apuração de informações que vierem ao seu conhecimento sobre eventual descumprimento do objeto acordado, sendo para isso disponibilizadaferramentade contato aos beneficiários.
	2. A credenciada deverá disponibilizar, durante a realização do curso ou evento, espaço para representante indicado pelo CREA-PE realizar divulgação do Sistema Confea/Crea, por meio de fundamentos na legislação, ética e exercício profissional.
	3. Em caso de utilização de imóvel pertencente ao CREA-PE, o partícipe deverá respeitar as condições de uso preestabelecidas pelo Conselho, sobretudo quanto às disposições e rotas de acesso e desocupação, e limite de pessoas no local.
	4. A divulgação, por qualquer meio de publicidade e propaganda, dos objetos classificados por este Edital, deverá ser acompanhada da logomarca do CREA-PE, sempre vinculada à expressão “apoio”, podendo ser utilizadas imagens do local do evento.
	5. Caso a pessoa jurídica credenciada ofereça os serviços educacionais objetos deste instrumento num modo sob medida, para atender as necessidades técnicas particularizadas das empresas beneficiárias regularmente inscritas no CREA-PE, num formato que, portanto, impeça a concessão da contrapartida prevista no item 3.2. deste instrumento, deverá reverter a sua contrapartida em curso ou treinamento específico de interesse do Conselho, destinado à sua equipe de servidores, cujo tema - de segmento flexível - será indicado pela Chefia de Gabinete, na proporção de 20% das horas ministradas em função do Termo de Credenciamento 11. Nessa hipótese, deverão ser igualmente fornecidos os correspondentes Certificados aos participantes.
	6. A credenciada e o beneficiário deverão utilizar-se dos meios legais existentes para sanar eventuais divergênciasna relação de contratação a ser estabelecida entre ambos, sem quaisquer ônus e/ou obrigações ao CREA-PE. Caso seja constado desconto maior ou benefício ou mais vantajoso oferecido em outro Regional, o CREA-PE poderá solicitar a equiparação do mesmo, como forma de equivalência entre os entes.

# DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

* 1. A participação no credenciamento implica aceitação plena e irrevogável das normas constantes no Edital e seus Anexos e serão credenciadas, apenas, as pessoas jurídicas de direito privado que atendam às condições estabelecidas no Edital.
	2. As pessoas jurídicas de direito privado proponentes deverão estar legalmente autorizadas para o seu funcionamento.
	3. As proponentes deverão possuir o devido registro nos órgãos competentes de acordocom o tipo de atividade, se for o caso.
	4. Não poderão participar do credenciamento as pessoas jurídicas que estejam enquadradas nos seguintes casos:
1. que se encontre sob os efeitos de punição, nos âmbitos da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, cuja punibilidade se estenda a quaisquer órgãos públicos federais e/ou dentro do Estado de Pernambuco, nostermos da Lei n.º 8.666/1993, bem como qualquer punição aplicada pelo CREA-PE, ainda em vigor;
2. declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto

11 Anexo VI deste Edital

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

1. impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, durante o prazo da sanção aplicada;
2. que tenha vínculo empregatício ou societário (dirigentes e afins) com conselheiros, empregados públicos e/ou demais colaboradores do conjunto autárquico do Conselho

Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco ~~e~~, bem como seus respectivos cônjuges/ companheiros, salvo em situações em que tal vínculo seja ligado à docência. As exceções e/ou casos omissos serão avaliadas pela *Comissão Especial de Credenciamento*.

# CONDIÇÕES CREDENCIAMENTO

* 1. A seleção e credenciamento das pessoas jurídicas de direito privado serão realizadas por meio da análise do formulário de inscrição/proposta (Anexo I) e documentação comprobatória e de regularidade, conforme previsão do Termo de Referência.
	2. Serão credenciadas, apenas, as Pessoas Jurídicas de direito privado que atendam às condições constantes no Edital.
	3. As pessoas jurídicas que se interessarem em participar do presente credenciamento deverão apresentar ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco, os seguintes documentos:
		1. Habilitação Jurídica:
			1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
			2. No caso de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à

verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

* + - 1. No caso de sociedade empresária ou empresa individual: Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores e responsáveis legais.
			2. No caso de sociedade simples: inscrição doato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores e responsáveis legais;
			3. No caso de ser o participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
			4. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: Decreto de autorização;
			5. Para todos os casos: Documento de identificação oficial (Carteira de Identidade, Carteira de Habilitação, Carteira de Trabalho, Carteira de Identidade Funcional ou Passaporte) do(s) representante(s) legal(ais) responsável(eis) pela assinatura da Proposta de Credenciamento e do Termo de Credenciamento.

5.3.1.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações vigentes ou da consolidação respectiva;

* + 1. Habilitação Fiscal e Trabalhista:
* Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
* Prova de regularidade relativa aos créditos tributários federais e à dívida ativa da União mediante apresentação de certidão unificada expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRF e pela Procuradoria da Fazenda Nacional – PGFN (certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa);
* Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): Certidão de Regularidade de Fornecedor — CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal, em plena validade;
* Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, em plena validade;
* Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), emitida pela Justiça do Trabalho, em plena validade.
* Declaração devidamente assinada pelo representante legal da pretensa credenciada de que não existe na sua empresa, trabalhador nas situações previstas no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, conforme Decreto no 4.358, de 05/09/2002 (Anexo II);
* Declaração de Inexistência de Fato impeditivo devidamente assinada pelo representante legal da pretensa Credenciada (Anexo III);
* Declaração Consolidada de Regularidade Empregatícia, devidamente assinada pelo representante legal da pretensa Credenciada (Anexo IV).
	+ 1. Qualificação Econômico-Financeira:
* Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação.
	+ 1. Qualificação técnica:
* Registro nos órgãos competentes de acordo com o tipo de atividade, se for o caso.
	1. Todos os documentos listados, relacionados nos subitens 5.3.2, deverão estar dentro de seus respectivos prazos de validade, podendo o CREA-PE realizar a habilitação exclusivamente pelo SICAF, caso o interessado possua cadastro.

# DA NÃO EXCLUSIVIDADE

A inscrição para a seleção do credenciamento não gera qualquer direito de exclusividade.

# DAS INSCRIÇÕES E APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

* 1. Os documentos e a proposta contendo os descontos assumidos pela pretensa credenciada, nos moldes apresentados no Anexo I do presente instrumento, deverão ser encaminhados ao CREA-PE através do site [http://www.creape.org.br/,](http://www.creape.org.br/) seguindo os passos abaixo:

# Para o caso de PJ que ainda não possui cadastro no Sistema corporativo SITAC:

1. Realizar o cadastro da *Pessoa Jurídica Leiga* no site, através do ~~botão~~ campo AMBIENTE PÚBLICO, da seção CONSULTAS RÁPIDAS;
2. Ao logar-se no AMBIENTE PÚBLICO, a opção SOLICITAÇÕES USUÁRIO EXTERNO PJ e preencher todos os campos de cadastramento;
3. Após concluída essa etapa, o Sistema encaminhará ao endereço de *e-mail* cadastrado da interessada um *login* e senha para acesso à sua área de geração de demandas/protocolos.

# Para o caso de PJ que já possui cadastro no Sistema corporativo SITAC:

* 1. Acessar a área do LEIGO PJ por meio do campo AMBIENTE DO PROFISSIONAL/EMPRESA ou pelo *link* que for enviado pelo SITAC no momento do cadastramento;
1. Clicar em USUÁRIO EXTERNO PJ e preencher os campos em aberto com o *login* e senha gerados;
2. Criar, no ambiente do LEIGO PJ, um protocolo clicando nas opções PROTOCOLOS>CADASTRAR PROTOCOLOS;
3. Escolher o “grupo de assunto” PARCERIAS,
4. Escolher o ASSUNTO pertinente ao Edital;
5. Preencher o campo DESCRIÇÃO;
6. Anexar os respectivos ARQUIVOS;
7. Clicar em CADASTRAR.

7.1.1. Os documentos solicitados no item 5 deste Termo devem ser anexados no campo próprio, em formato PDF, devidamente preenchidos, em papel timbrado, sem emendas ou rasuras que prejudiquem sua inteligência e sua autenticidade, e estar devidamente datados e assinados pelo representante legal, quando for o caso, com identificação legível do(s) responsável(eis).

* 1. O credenciado não poderá realizar o protocolo de sua proposta em meio físico.

# DA COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO

* 1. As propostas recebidas serão previamente recepcionadas pela *Gerência de Relacionamentos Institucionais - GRI* do CREA-PE e, em seguida, encaminhadas para as análises e aprovação da *Comissão Especial de Credenciamento* - instituída por Portaria -, a qual deverá manifestar-se expressamente quanto à viabilidade da parceria.
	2. A *Comissão Especial de Credenciamento* poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas pessoas jurídicas proponentes, ou para esclarecer dúvidas e omissões. No entanto, em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

# PROCEDIMENTO DE CREDENCIAMENTO

* 1. A proposta de credenciamento deverá conter os serviços prestados e o valor do desconto a ser dado. A análise e aprovação para divulgação se dará por meio de Comissão específica.
	2. Constatada a regularidade dos documentos apresentados pela proponente, o protocolo, após os procedimentos de de praxe, será encaminhado à Presidência do Conselho, que decidirá sobre o DEFERIMENTO/INDEFERIMENTO do pedido, em até 15 (quinze) dias a contar do seu recebimento.
	3. O resultado do pedido de credenciamento será divulgado no Sistema corporativo em aplicação.
	4. No caso de deferimento, será enviado o Termo de Credenciamento para ser assinado pelo representante legal da credenciada e, depois, pelo Presidente do CREA-PE.
	5. O Presidente do CREA-PE poderá indeferir o pedido de credenciamento se entender que tal adesão não se coaduna com a missão, visão e valores do CREA-PE, ou fere algum princípio ético

ou moral, inclusive das demais profissões regulamentadas.

# DO VALOR MÉDIO ESTIMADO

* 1. Não há valor médio estimado estabelecido para o credenciamento, pois, o objetivo do Conselho é a celebração de parceria para a concessão de descontos nos serviços fornecidos pela credenciada aos profissionais e empresas da Engenharia, Agronomia e Geociências regularmente inscritos no CREA-PE, aos servidores do CREA-PE, aos estudantes associados ao Programa Crea- JR deste Conselho e aos seus respectivos dependentes, sem custos para o CREA-PE, ou seja, sem competição quanto a preços, sendo credenciados todos os participantes que atendam aos requisitos do Edital e Termo de Referência.
	2. O credenciamento não gera qualquer ônus ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco e, por isso, não consigna dotação orçamentária e na necessidade de realização de pesquisa de mercado.

# DOS PRAZOS PARA ASSINATURA, DURAÇÃO E VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

* 1. Após a análise dos documentos recebidos e sua aprovação, o interessado terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para comparecer ao CREA-PE para formalizar o Termo de Credenciamento, ocasião em que deverá ser representada pela pessoa com poderes legais para tal. O prazo para comparecimento poderá ser prorrogado, uma única vez por igual período.
	2. O credenciamento permanecerá aberto até 31 de dezembro de 2022, estando disponível na Sede do Crea-PE e publicado no site eletrônico do Crea-PE: <http://www.creape.org.br/>
	3. O Termo de Credenciamento terá validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser renovado até o limite de 60 (sessenta meses), nos termos do art. 57, II da Lei 8.666/93.
	4. O CREA-PE poderá, a qualquer tempo, cancelar o credenciamento da pessoa jurídica credenciada.

# DA RESCISÃO, DENUNCIA E DESCREDENCIAMENTO

* 1. As partes poderão rescindir o presente credenciamento, a qualquer tempo, desde que notifiquem a outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a fim de que seja possível informar os beneficiários.
	2. Também poderá ser rescindido o credenciamento, por exclusivo critério do CREA-PE, caso verifique-se qualquer das ocorrências:
1. Falência ou insolvência da CREDENCIADA;
2. Não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações da CREDENCIADA;
3. Denegação ou supressão das vantagens outorgadas aos usuários do credenciamento sem justa causa;
4. Alteração da razão social ou modificação da finalidade ou de estrutura do CREDENCIADA, que prejudique ou impossibilite o oferecimento das vantagens ora estabelecidas;
5. Descumprimento de qualquer cláusula contida no Edital e Termo de Credenciamento;
	1. Será obrigatória a comprovação anual dos documentos habilitatórios, sob pena de rescisão do credenciamento.
	2. O credenciamento tem caráter precário, podendo ser denunciado a qualquer momento, tanto pelo credenciado quanto pelo Crea-PE, caso seja constatada qualquer irregularidade na observância e cumprimento das normas fixadas, no edital e na legislação pertinente ou no interesse próprio, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.
	3. Em caso de descredenciamento, os benefícios em curso deverão ser concluídos pelo credenciado, até seu término, salvo nos casos de expressa manifestação técnica da Comissão Especial de Credenciamento.
	4. O descredenciamento não exime o credenciado das garantias assumidas em relação aos serviços executados ou outras responsabilidades que lhe possam ser imputadas em razão da execução contratual.
	5. No caso de encontrar-se em processo de apuração de irregularidades na prestação de serviços, o credenciado não poderá solicitar descredenciamento.
	6. Constituem motivos para a advertência do credenciado:
6. Atender aos beneficiários, prejudicial ou discriminadamente, oferecendo atendimento e/ou marcação de maneira distinta daquela ofertada a outros clientes;
7. Deixar de comunicar ao CREA-PE a alteração de dados cadastrais relevantes, como razão social, endereço e telefone de atendimento, responsável técnico, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da alteração.
	1. Constituem motivos para a suspensão temporária do termo e/ou sanção, garantido o contraditório e ampla defesa:
8. Exigir garantias para o atendimento aos usuários, tais como cheques, promissórias e caução;
9. Cobrar diretamente aos beneficiários valores referentes a serviços prestados, ainda que a título de complementação de pagamento referente aos descontos firmados no Credenciamento;
10. Reincidir na cobrança de serviços não executados ou executados irregularmente;
11. Incorrer em irregularidade constatada em auditorias supervenientes por pessoa credenciada pelo CREA-PE;
12. Agir comprovadamente com má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos ao subcontratar, no todo ou em parte, os serviços contratados.
	1. O CREA-PE poderá suspender temporariamente a execução do Termo se verificada a ocorrência de qualquer situação mencionada no subitem anterior, até decisão administrativa em

contrário, observados o contraditório e a ampla defesa.

* 1. O CREA-PE poderá descredenciar as pessoas jurídicas que, ao final de 12 (doze) meses, não apresentarem atendimento à efetividade pretendida na parceria, observadas as disposições pactuadas.

# DISPOSIÇÕES GERAIS

* 1. As situações não previstas no Edital e Termo de Referência, inclusive aquelas decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, serão resolvidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do PE.
	2. O CREA-PE poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, e, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Recife/PE, 19 de abril de 2022.



# Eng. Civ. ADRIANO ANTONIO DE LUCENA

Presidente do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco